

ESTIMATIVAS DA EVOLUÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS: FORTE CORRELAÇÃO COM OS SERVIÇOS

Nelson José Thesing. Doutor em Integração Regional. Professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Integra Projeto: Prospecção e análise de correlações entre setores e produção total, para estimativas da evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos.

Karine Matuchevski Balzan. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Integra Projeto: Prospecção e análise de correlações entre setores e produção total, para estimativas da evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos.

Daniel Claudy da Silveira. Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Integra Projeto: Prospecção e análise de correlações entre setores e produção total, para estimativas da evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos.

Romualdo Kohler. Doutor em Administração pela Universidad Nacional de Misiones, Posadas, Argentina. Tem experiência nas áreas de Economia e Administração, com ênfase em Economia Regional e Urbana, Gestão da Economia Local e Consultoria Empresarial. Integra Projeto: Prospecção e análise de correlações entre setores e produção total, para estimativas da evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos

Resumo:

O artigo busca a compreensão socioeconômica, em municípios do estado do Rio Grande do Sul, relacionando os setores com a produção total, em uma expectativa de evidenciar uma forte correlação com o dos serviços. Significa que o estudo, está centrado na busca de padrões de comportamento, que permitam traçar estimativas contemporâneas da evolução das atividades econômicas nos municípios, em especial, da existência de uma forte correlação com setor terciário e o Produto Interno Bruto (PIB). Para responder ao desafio proposto, a pesquisa se fundamenta no tratamento e análise de dados secundários

oficiais, ao utilizar o método de regressão linear, que se estrutura a partir de uma reta em um diagrama de dispersão, com variáveis X e Y relacionadas, da qual se permite extrair o coeficiente de determinação, também chamado de R^2 , que é uma medida de ajustamento de um modelo estatístico linear. Os achados da pesquisa contemplam a relação entre os setores de produção, com a produção total, nos municípios gaúchos, indicando o setor terciário, como um setor de maior destaque, frente às atividades dos setores, primário e secundário, anterioridade à produção total, seja pela oportunidade da diferenciação entre produto e renda municipal, caracterizando o terciário como setor reflexo das atividades básicas, portanto espelhando a sua simbiose com o PIB total.

Palavras-chaves: Setores de Produção. Setor Terciário. Economia de Municípios.

1 Introdução

Buscar a compreensão socioeconômica nos municípios, uma temática que faz parte da agenda dos pesquisadores, por ser um campo fértil para incursões investigativas, visto que estas delimitações territoriais se constituem em um sistema complexo e aberto. Em outras palavras, são espaços com livres fluxos econômicos, em consonância ao pacto federativo, o que por si só, já os caracterizam como um ambiente particular e os diferenciam em relação à economia de um país.

No entanto, verificar o movimento econômico, nos municípios brasileiros, que é um recorte de dimensão local, bem como um campo complexo, indica divergências teóricas latentes, em contraponto ao contexto nacional, em especial, na determinação das variáveis fundantes do crescimento econômico e na diferenciação entre produto e renda. Assim, ao investigar as correlações entre variáveis macroeconômicas, decisivas no entendimento e prospecção do comportamento das economias locais, que em sua essência, se constitui no habitat do cidadão, no reduto das unidades familiares, enquanto estrutura básica da economia contemporânea.

Portanto, em uma primeira análise, busca-se uma reflexão teórica a partir de verificações dos secundários oficiais sobre a importância da visão macroscópica, do conjunto, para se diagnosticar o comportamento da economia municipal e, assim, instrumentalizar ações de intervenção no desenvolvimento local. Esse local se apresenta como um sistema complexo, em um ambiente macro (agregados locais), composto de diversificados sistemas em ambiente micro (atividades econômicas) e integrante de um sistema com maior amplitude ainda, o ambiente mega (regional, nacional, internacional). A sua história molda o presente, que é pano para descortinar o palco do futuro, o que, de pronto, sinaliza para a intervenção na dinâmica econômica. Um método de análise a partir

de variáveis macroeconômicas permite, para além da visão de conjunto, identificar multiplicadores de efeitos diretos, indiretos e induzidos nas variáveis microeconômicas.

Assim, pesquisa opera em um campo avaliativo, ao buscar a compreensão do comportamento de variáveis macroeconômicas municipais e, assim, melhor instrumentalizar a governança dessas pequenas economias locais abertas, o que implica em encontrar mecanismos para medir as repercussões no processo de intervenção. Sua ancora se vincula ao Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), no projeto Fundamentos da Macroeconomia Municipal e Repercussões de Políticas Públicas no Local, da linha de Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado (UNIJUÍ), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), tendo como *lócus* os municípios gaúchos, na expectativa da existência de forte correlação entre setor terciário e o Produto Interno Bruto em cada um dos 497 municípios gaúchos.

2 Referências Teóricas

Em um sistema capitalista de produção, o crescimento econômico, tem sido referenciado como um dos alicerces para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, isto não quer dizer, que seus referenciais credenciam o crescimento quantitativo, enquanto verdade socioeconômica, mas, sim, que o sistema possa se constituir em um dos degraus na busca de uma maior equidade social.

Neste cenário, a economia, por se tratar de uma ciência social e, portanto, afeita ao comportamento humano e/ou da sociedade, defronta-se com variáveis de extrema complexidade, demonstrando a amplitude de seu campo de atuação e a constância e oportunidade de incursões pontuais. O que significa, na história do pensamento econômico, as divergências teóricas, entre as diferentes correntes, sempre estiveram no palco do debate acadêmico. Assim, a Escola Clássica, capitaneada especialmente por Adam Smith, Jean Baptiste Say, David Ricardo e John Stuart Mill, considerada a primeira escola científica, já demonstrava preocupação com o crescimento econômico e com a repartição do produto, além, de identificar aspectos de simultaneidade, interdependência e identidade entre determinadas relações econômicas (PAULANI, 2007)

Portanto, a Escola Clássica balizou a estrutura teórica, a partir do princípio de que toda produção gera uma renda de igual valor, de modo que qualquer produção terá a sua realização garantida. Esse princípio ficou conhecido na literatura econômica como Lei de Say. Alicerçada nesta lei, a Escola Clássica conclui que o fator limitante da acumulação de capital é o estoque de recursos disponíveis, caracterizados pela poupança. Assim, pela

estrutura de funcionamento e financiamento da economia na época, o investimento era realizado quase que exclusivamente com recursos próprios, uma vez que, os clássicos concluíram que a taxa de juros não influenciava a decisão de investir, que a demanda não era restritiva do crescimento da produção e que a moeda não afeta a produção, nem o emprego, determinando apenas o nível geral de preços e os salários nominais.

Por conseguinte, os Neoclássicos, sucessores dos Clássicos, partem da observação de uma realidade bem diferente, onde já se verifica a atuação destacada das instituições financeiras, como intermediadoras entre poupadores e investidores. Embora confinados teoricamente, em um primeiro momento, no final do século XIX, a partir da ideia de equilíbrio geral de Leon Walras e, num segundo, no início do século XX, pela ideia de equilíbrio parcial de Alfred Marshall, as duas vertentes ainda se apresentam fortemente alicerçados na Lei de Say (PAULANI, 2007).

Assim, Clássicos e Neoclássicos defenderam que a taxa de juros era determinada pelo preço do capital, definido da mesma forma que qualquer outro preço, ou seja, pelo jogo entre a oferta e a demanda de mercado. Isto define que a taxa de juros é o véu regulador entre a poupança e o investimento, sendo, portanto, considerado um fenômeno real, endógeno, inerente à própria economia. A moeda, nos dois momentos, era considerada como um simples meio de pagamento, que atua sobre a demanda agregada de bens e serviços, porém, por considerar uma economia de pleno emprego dos fatores de produção, com reflexos simplesmente no nível geral de preços e não no dimensionamento do produto. Assim, a exemplo de seus antecessores, referenciaram a poupança como definidora do investimento, também identificando como limitante da acumulação de capital o estoque de recursos disponíveis.

A crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão, foi o ambiente econômico que permitiu questionar os principais postulados Clássicos e Neoclássicos, em especial, a lei do equilíbrio ou, como referida, a Lei de Say. Neste prisma, surgem dois economistas que polemizaram a teoria econômica. De um lado, o economista inglês John Mainard Keynes (1883-1946), discípulo de Alfred Marshall e, portanto, com uma formação neoclássica e, de outro, o polonês Michal Kalecki (1899-1970), com uma formação marxista. Ambos possuíam a mesma preocupação: explicar as crises que vinham se acentuando já muito antes da Grande Depressão. Apesar das formações ideológicas distintas, chegaram a formulações teóricas extremamente semelhantes, em especial, com relação ao Princípio da Demanda Efetiva, que identificaram como o elemento que determina o nível de atividade na economia capitalista, uma contraposição teórica, pela valorização da demanda, explícita e frontal à Lei de Say.

Assim, tanto na visão de Keynes (1883-1946), quanto na de Kalecki (1899-1970), o efeito causalidade na dinâmica econômica se modifica literalmente, já que o investimento passa a ser visto como criador e não resultante da poupança. A taxa de juros, de um fenômeno real, passa a assumir um papel puramente monetário, o que implica em uma transformação radical, quanto a sua relevância na decisão de investir. Para Keynes, a eficiência marginal do capital, que relaciona a expectativa de lucro com a expectativa de demanda efetiva, passou a ser o principal determinante do investimento, com destaque à influência da taxa de juros de curto prazo. Já na interpretação de Kalecki, o investimento é determinado pela poupança dos capitalistas, expressa pela diferença entre o lucro e o consumo capitalista, e pela influência direta do progresso tecnológico.

Ainda, de acordo com Keynes (1883-1946), em seu modelo simplificado, na economia capitalista, ocorrem dois estágios econômicos distintos e interdependentes: a produção e a realização dos bens e serviços. Obstante ocorra transferência de renda no sistema financeiro, toda renda se origina da venda de bens e serviços. Esta observação visa destacar que embora a criação de riqueza tenha o seu limite na produção, em função do parque produtivo, é na realização que se definem os níveis de renda de uma economia.

Assim tem-se presente, para a compreensão das repercussões econômicas, em nível local, tendo presente também a teoria, Keynes, que formulou o seu modelo que explica, como um aumento de gastos do governo diminuiria os riscos da recessão. Para isso, é preciso observar como uma economia é medida através do PIB, que se estiver em equilíbrio a Oferta Agregada (Y) é igual à Procura Agregada (PA), ou Despesa Agregada. Portanto, como os municípios são economias totalmente

Embora as preocupações dos pensadores epigrafados se direcionam para economias nacionais, o desafio de compreender a economia local se engrandece e se justifica pelo entendimento de que, no território, se reproduzem as famílias e, por consequência, necessário se faz a organização da produção e da geração de emprego e renda. Descortina-se o palco para transferir o debate acadêmico às peculiaridades das economias locais e, assim, possibilita a análise das repercussões econômica por processos de intervenção nesses territórios.

Apesar de ainda incipientes, pesquisas anteriores já apontam nesta direção, discutindo a relação entre oferta de moeda e crescimento de pequenas economias abertas, a exemplo de Kohler (2003), que cotejou no espaço local as hipóteses da endogeneidade da moeda, da inconstância de sua velocidade de circulação e de sua não-neutralidade em relação ao desempenho do produto.

A constatação da endogeneidade da oferta de moeda local abre uma lacuna teórica no dimensionamento econômico dos municípios, visto que as principais concepções teóricas

se preocupam com economias nacionais e, assim, referenciam a oferta de moeda como exógena, ou melhor, sendo determinada pelas autoridades monetárias. No que se refere à inconstância da velocidade de circulação da moeda e à determinação da participação da moeda no comportamento do produto se incorpora o pensamento keynesiano em detrimento dos clássicos.

Outrossim, a tese da endogeneidade cresce em relevância na verificação das variáveis determinantes do crescimento econômico local. Com ela, se constata que o desempenho das economias locais tem estreita ligação com o fluxo de renda com seu exterior. Essa premissa é corroborada pela Teoria da Base Econômica, que propõe a subdivisão da economia local em dois conjuntos de atividades: o básico, que representa todas as atividades e rendas/capitais que se relacionam com o exterior, portanto, decisivo na determinação da oferta de moeda; e, o não-básico, que representa todas as atividades de produção e circulação interna, sendo um dos determinantes da velocidade de circulação da moeda.

3 Caminhos Metodológicos

O caminho metodológico busca compreender os padrões de comportamento na sociedade contemporâneas, no processo de evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos, tendo presente os dados secundários oficiais, para verificar a existência da correlação entre Setor Terciário e o Produto Interno Bruto. Assim, a pesquisa classifica-se como aplicada, apoiada nos ensinamentos de Zamberlan *et al.* (2014), tendo como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática voltados para a compreensão da realidade, envolvendo os interesses locais. Para além, a pesquisa conta com orientações quali-quantitativa, ou seja, utiliza métodos mistos (CRESWELL, 2010). Uma abordagem mista pode ser a chave para que esta seja mais bem utilizada nos métodos de pesquisa das ciências sociais (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009). Creswell (2010) classifica seis tipos de estratégias de métodos mistos, sendo que este estudo utiliza a estratégia exploratória e descritiva sequencial, que inicialmente e de forma preponderante adota uma coleta de dados secundário.

Portanto, a pesquisa se fundamenta no tratamento e análise de dados secundários oficiais, a partir da utilização do método de regressão linear, que se estrutura a partir de uma reta em um diagrama de dispersão, com variáveis X e Y relacionadas, da qual se permite extrair o coeficiente de determinação, também chamado de R^2 , que é uma medida de ajustamento de um modelo estatístico linear. O R^2 varia entre 0 e 1, indicando, em percentagem, a correlação entre X e Y, sendo que quanto mais próximo da unidade maior é a correlação entre as variáveis observadas.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Inicialmente em Kohler (2018), encontra-se um estudo que verifica a balança de pagamentos adaptada na contabilidade nacional para compreender as particularidades municipais, conforme figura abaixo:

Figura 1- Balança de pagamento de municípios

BALANÇA DE PAGAMENTOS DA ECONOMIA LOCAL
I - Conta de Transações Correntes (CTC) = (Bb + Bs + Br)
1- Balanço de Bens (Bb)
1.1- (Xb) Agregação por exportação de bens
1.2- (Mb) Desagregação por importações de bens
2- Balanço de Serviços de Não-Fatores (Bs)
2.1- (Xs) Agregação por exportações de serviços
2.2- (Ms) Desagregação por importações de serviços
3- Balanço de Rendas (Br)
3.1- (Rr) Agregação de rendas (transferências públicas, juros, lucros)
3.2- (Re) Desagregação de rendas (tributos estaduais e federais, juros, lucros)
II - Conta de Capitais (CK) = (Bka + Bm) = (-) (CTC)
4- Balanço de Capitais Autônomos (Bka)
4.1- Empréstimos e Financiamentos
4.2- Amortizações de Dívidas
4.3- Investimentos Diretos
5- Balanço monetário (Bm) = (-) (CTC + Bka)
5.1- Reservas em papel-moeda
5.2- Reservas bancárias
Movimentos no Estoque Financeiro (Ef) = (CTC) = (-) (CK)
Movimentos no Estoque Monetário (Em) = (-) (Bm) = (CTC+ Bka)

Fonte: Kohler, (2018, p.86).

A partir de diversas simulações, com a balança proposta Kohler (2018), foi possível relacionar os fluxos reais e monetários de um município com seu exterior, ratificando a Teoria da Base Econômica como fundamental para o entendimento da endogeneidade da moeda local.

Assim, as simulações permitem discutir a relação entre poupança e investimento, apontando diferenciação nos conceitos entre o local e nacional, desagregando o conceito de poupança para produtiva e financeira, estando a primeira em identidade com o investimento e a segunda em consonância com o resultado da balança de pagamentos:

Portanto, a poupança total de uma economia aberta é expressão desses dois movimentos gerados no fluxo de produção e rendas, produtivo e financeiro, sendo, por consequência, também uma variável *ex-post*. Representa assim, a geração de uma riqueza não-

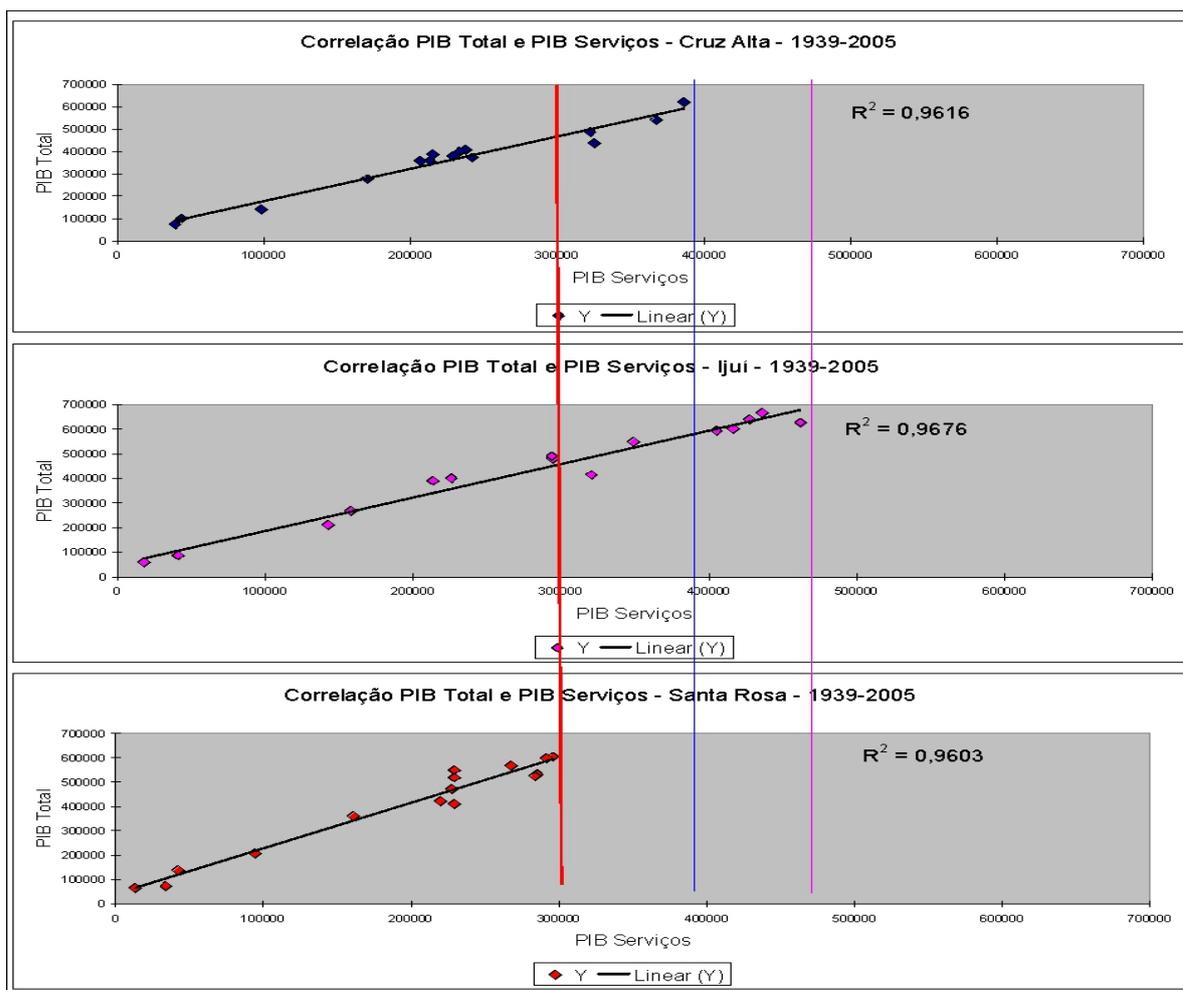
consumida, quer por ampliação da capacidade produtiva, quer por elevação de haveres com o exterior ou aumento das reservas monetárias. Vale frisar ainda que uma poupança financeira negativa vai comprometer proporcionalmente a poupança total, o que indica, simplesmente, que um excesso de demanda interna sobre a produção, ou de envio de rendas ao exterior, reduzem a renda total não consumida, sem necessariamente se constituir no financiamento do investimento (KOHLER, 2018, p. 246).

Na mesma linha e por consequência, Kohler (2018) apresentou a diferenciação entre Produto e Renda Municipal, que neste recorte espacial, à luz da Teoria da Base Econômica e resgatada pela Balança de Pagamentos Local, assume grandeza pela diferença quantitativa entre essas variáveis da macroeconomia municipal. Exemplificando, as transferências públicas via benefícios previdenciários, atualmente em valores consideráveis para a dinâmica dos pequenos e médios municípios, incorporam-se à Renda e não ao Produto Municipal, embora *ex-post* se verifiquem os efeitos induzidos (KOHLER; GAY, 2018).

Portanto, a investigação se corporifica nas correlações na economia local, com atenção primeira voltada ao recorte da análise do setor terciário, considerando-o em termos produtivos, como reflexo e dependente do desempenho econômico das atividades básicas e, por esta razão, com forte correlação com o Produto Interno Bruto local.

O alicerce dessa expectativa recai em estudo sobre a economia dos municípios de Cruz Alta, Ijuí e Santa Rosa, a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, em valores de 2000, referentes ao período de 1939–2005, em que Kohler (2018) apresenta a forte correlação do Setor de Serviços com o PIB Total, conforme - Figura 2 abaixo:

Figura 2- Correlação PIB Serviços e Total, municípios selecionados



Fonte: Kohler, (2018, p.198).

O autor identifica como “nítida, visível e incontestável a associação dos serviços com o PIB Total nos três municípios” (KOHLER, 2008, p.199). Embora com estruturas produtivas distintas, Cruz Alta, Ijuí e Santa Rosa apresentaram forte correlação entre PIB Serviços e Total, em um período amostral considerável, 1939-2005. K

Com os coeficientes de correlação superiores a 0,96, portanto extremamente próximos de 1,00, se identifica uma forte correlação positiva, que espelha que as duas variáveis se movem juntas, ou, que o comportamento do setor terciário é decisivo na determinação da produção local, nos três municípios amostrais (KOHLER, 2008, p.199).

A correlação se expressa atendendo a hipótese de que o setor terciário, como representação de atividades não-básicas, mas não só, é ex-post ao desempenho do conjunto das atividades básicas, entretanto, por sua vez, pela lógica do somatório das

partes é ex-ante à produção total, o que confere sua forte correlação, apesar da distinção produtiva entre os municípios.

Kohler e Gay (2018), apresentam outro estudo com a análise de correlação entre os setores de produção e o produto total do somatório dos municípios gaúchos, com dados do período de 1999 a 2012, em que as correlações gravitaram em torno de 0,98 nos Serviços, caracterizando uma associação extremamente forte, o que aponta para a força e a direção do relacionamento linear, de acordo com a Figura 3:

Figura 3- Correlação PIB Serviços e Total, somatório dos municípios gaúchos.

Anos	Correlação (R) entre VAB Setores e VAB Total		
	VAB Agropecuária x VAB Total	VAB Indústria x VAB Total	VAB Serviços x VAB Total
1999	0,132340	0,859770	0,990844
2000	0,135141	0,841401	0,984971
2001	0,140750	0,841098	0,985508
2002	0,159308	0,832734	0,986396
2003	0,132721	0,829633	0,982614
2004	0,153899	0,834498	0,977514
2005	0,164106	0,828544	0,982137
2006	0,145497	0,830163	0,984299
2007	0,112073	0,824520	0,985757
2008	0,105914	0,842147	0,983767
2009	0,130522	0,842502	0,979959
2010	0,125925	0,852819	0,981030
2011	0,138584	0,855880	0,986121
2012	0,154824	0,849525	0,988710

Fonte: Kohler e Gay, (2018, p.9).

Assim, em primeira análise, nos estudos do caso de Cruz Alta, Ijuí e Santa Rosa, assim como, o do conjunto dos municípios gaúchos, o Setor Terciário se constituiu, ao menos em indicativo, como o setor preditor do PIB.

Ao avaliar isoladamente cada um dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, relacionando os setores com a produção total, com a expectativa da forte correlação dos Serviços com o Total neste recorte territorial. Portanto, o estudo está centrado na busca de padrões de comportamento que permitam traçar estimativas contemporâneas da evolução das atividades econômicas nos municípios gaúchos, em especial, no primeiro momento, com a verificação da existência ou não de correlação entre Setor Terciário e o Produto Interno Bruto.

Assim, a pesquisa avança ao verificar a correlação dos VABs Setores com o VAB Total em cada um dos 497 municípios gaúchos. Esse estudo aponta que a grande maioria dos municípios apresentou fortes correlações dos setores com o total. Entretanto, se entende que o estudo não é significativo pelo baixo número de amostras, visto que a

disponibilidade de dados estatísticos é anual, o que permitiu a testagem com apenas 16 períodos.

Uma segunda pesquisa foi realizada ao verificar a correlação dos VABs Setores com o VAB Total, considerando todos os municípios nos 16 anos por setor (497 x 16 = 7.952 amostras / por setor). Com o aumento do número de amostras, o que atribui maior significância estatística, os resultados apresentaram baixa correlação do Setor Primário, alta correlação do Setor Secundário e muito alta do Setor de Serviços, no pareamento com o Total:

Quadro 1. Testes de correlação dos VABs Setores com o VAB Total, todos os municípios nos 16 anos.

Todos os municípios	VAB Agro/VAB Total	VAB Indústria/VAB Total	VAB Serviços/VAB Total
Período 2002-2017	0,1210	0,8121	0,9877

Fonte: elaborada pelos autores, com base na pesquisa

A terceira pesquisa foi realizada ao verifica a correlação dos VABs Setores com o VAB Total, considerando todos os municípios por ano, no período 2002-2017 (497 amostras / por setor). Os resultados ratificaram o estudo anterior, pois também apresentaram, por ano, baixa correlação do Setor Primário, alta correlação do Setor Secundário e muito alta do Setor de Serviços, no pareamento com o Total:

Quadro 2. Testes de correlação dos VABs Setores com o VAB Total, no período 2002 - 2017.

Todos os municípios	VAB Agro/VAB Total	VAB Indústria/VAB Total	VAB Serviços/VAB Total
2002	0,16107	0,83473	0,98742
2003	0,13134	0,79407	0,98018
2004	0,14235	0,79692	0,97497
2005	0,15506	0,78973	0,98036
2006	0,13675	0,76999	0,98417
2007	0,10119	0,76449	0,98466
2008	0,10008	0,80378	0,98652
2009	0,09735	0,80566	0,98014
2010	0,09700	0,83778	0,98474
2011	0,09206	0,87931	0,98833
2012	0,10383	0,87233	0,98891
2013	0,09561	0,83454	0,98802
2014	0,10348	0,84872	0,99119
2015	0,09088	0,82551	0,99111
2016	0,08907	0,78629	0,98920
2017	0,08607	0,74875	0,98957
MÉDIA	0,1115	0,8120	0,9856
MAIOR CORRELAÇÃO	0,1611	0,8793	0,9912
MENOR	0,0861	0,7487	0,9750

CORRELAÇÃO

Fonte: elaborada pelos autores, com base na pesquisa

A quarta pesquisa foi realizada ao identificar a correlação com municípios classificados como Rurais, Industriais e Serviços, a partir da grandeza de seus setores e, assim, correlacionando o VAB de cada Setor com o VAB Total por ano. Mais uma vez, o Setor de Serviços apresenta uma correlação muito alta nos três grupos de municípios destacados e em todo o período analisado. O Setor Secundário mantém, da mesma forma, sua correlação alta, enquanto o Setor Primário somente ganha expressão estatística, nos municípios enquadrados como rurais.

Quadro 3. Testes de correlação com municípios classificados como Rurais, Industriais e Serviços.

Anos	Municípios por enquadramento setorial	VAB Agro / VAB Total	VAB Indústria/ VAB Total	VAB Serviços/ VAB Total
2002	RURAIS	0,9695	0,7181	0,9483
	INDUSTRIAIS	0,6109	0,9901	0,9716
	SERVIÇOS	0,1452	0,8768	0,9927
2003	RURAIS	0,9816	0,7762	0,9784
	INDUSTRIAIS	0,5297	0,9761	0,9318
	SERVIÇOS	0,1040	0,8259	0,9877
2004	RURAIS	0,9833	0,8408	0,9777
	INDUSTRIAIS	0,2648	0,9812	0,8971
	SERVIÇOS	0,1311	0,8307	0,9845
2005	RURAIS	0,9806	0,8416	0,9867
	INDUSTRIAIS	0,3990	0,9810	0,9227
	SERVIÇOS	0,1565	0,8265	0,9877
2006	RURAIS	0,9750	0,8002	0,9801
	INDUSTRIAIS	0,2280	0,9501	0,9088
	SERVIÇOS	0,1412	0,8183	0,9906
2007	RURAIS	0,9779	0,5787	0,9671
	INDUSTRIAIS	0,2210	0,9828	0,9529
	SERVIÇOS	0,0961	0,8045	0,9905
2008	RURAIS	0,9772	0,5646	0,9533

	INDUSTRIAIS	0,2175	0,9858	0,9687
	SERVIÇOS	0,0933	0,8325	0,9906
2009	RURAIS	0,9839	0,7633	0,9783
	INDUSTRIAIS	- 0,0995	0,9931	0,9897
	SERVIÇOS	0,1168	0,8712	0,9931
2010	RURAIS	0,9699	0,7187	0,9360
	INDUSTRIAIS	0,0874	0,9868	0,9663
	SERVIÇOS	0,1029	0,8648	0,9895
2011	RURAIS	0,9765	0,6982	0,9547
	INDUSTRIAIS	0,0882	0,9890	0,9789
	SERVIÇOS	0,0948	0,8997	0,9915
2012	RURAIS	0,9820	0,8630	0,9369
	INDUSTRIAIS	0,1060	0,9924	0,9857
	SERVIÇOS	0,1067	0,8931	0,9918
2013	RURAIS	0,9763	0,7122	0,9543
	INDUSTRIAIS	0,2062	0,9906	0,9825
	SERVIÇOS	0,0922	0,8625	0,9917
2014	RURAIS	0,9755	0,7190	0,9522
	INDUSTRIAIS	0,4094	0,9914	0,9203
	SERVIÇOS	0,1010	0,8655	0,9927
2015	RURAIS	0,9744	0,7061	0,9429
	INDUSTRIAIS	0,3520	0,9949	0,9572
	SERVIÇOS	0,0899	0,8552	0,9935
2016	RURAIS	0,9741	0,7179	0,9334
	INDUSTRIAIS	0,3708	0,9961	0,9748
	SERVIÇOS	0,0843	0,8041	0,9911
2017	RURAIS	0,9779	0,6626	0,9592
	INDUSTRIAIS	0,4094	0,9967	0,9800
	SERVIÇOS	0,0846	0,7709	0,9917

Fonte: elaborada pelos autores, com base na pesquisa

A quinta pesquisa busca verificar a correlação do VAB - Setores com o VAB Total, no ano de 2017, no agrupamento dos municípios, por estrato populacional, ainda permanece em um grau pouco significativo, especialmente em algumas categorias pelo baixo número de amostras, o que remete a presença de testes relativos ao período de 2002 a 2007.

Quadro4. Testes de correlação do VAB Setores com o VAB Total, no ano de 2017.

Municípios por estratos populacionais	VAB Agro/ VAB Total	VAB Indústria/ VAB Total	VAB Serviços/ VAB Total
A= Até 5.000 habitantes	0,6876	0,6758	0,7667
B= De 5.001 até 10.000 habitantes	0,4371	0,8072	0,5532
C= De 10.001 até 20.000 habitantes	0,2691	0,7773	0,8790
D= De 20.001 até 50.000 habitantes	-0,0411	0,9570	0,8378
E= De 50.001 até 100.000 habitantes	-0,3927	0,7583	0,9170
F= Acima de 100.001 habitantes	-0,2040	0,6419	0,9927

Fonte: elaborada pelos autores, com base na pesquisa

Por fim, ao estabelecer uma relação dos agregados macroeconômicos como PIB e VAB a nível municipal, essa correlação, com estatísticas do VAB dos municípios gaúchos indicam uma significativa presença do Setor Terciário com a Produção Total, onde 450 dos 497 municípios. Significa, que a pesquisa identificou, baixa correlação do Setor Primário, alta correlação do Setor Secundário e muito alta do Setor de Serviços. Pode-se, portanto, deduzir que o desempenho dos serviços assumiu uma grandeza econômica ímpar nos municípios gaúchos, sendo decisivo o desempenho dos produtos locais.

5 Considerações Finais

Existe uma lacuna temporal considerável, na divulgação das estatísticas, referente aos municípios, ao ponto de ser defesa, a tese de que a economia local, não ter governança, pela falta de capacidade instalada e pela desatualização das informações. Significa, que gestar rubricas contábeis do setor público municipal, é muito diverso do que gestar a economia local. Assim, a principal contribuição científica, a que se propõe, este estudo, é o desenvolvimento e a identificação, da caracterização de variáveis que fundamentam a macroeconomia local.

Contudo, o estudo permeia a relação entre os Setores de Produção com a Produção Total nos municípios gaúchos, apontando o Setor Terciário como o divisor de águas da investigação, seja por sua posterioridade às atividades dos Setores Primário e Secundário e anterioridade à Produção Total, seja pela oportunidade da diferenciação entre produto e renda municipais, caracterizando o Terciário, como setor reflexo das atividades básicas, portanto espelhando a sua simbiose com o PIB Total.

Por fim, pode-se afirmar que na dimensão da produção, a pesquisa indica que é possível afirmar, o destaque econômico do setor Terciário e sua associação qualificada com

a Produção Total, nos municípios gaúchos, apesar de suas raízes históricas serem agropecuárias, acredita-se que com a devida pertinências, esse setor merece um olhar especial, especialmente na área das políticas públicas, por apresentar componentes explicativos às variações, seja, na direção de estudos para diagnóstico, para ações no planejamento e no processo de desenvolvimento sustentável da região.

Referências

- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Mainard Keynes**. 7^a ed., São Paulo: Pioneira, 1986.
- FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O.; FEIJÓ, M, A.; LIMA, F. C. G. de C. **Contabilidade Social: O Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. *Rio de Janeiro: Campus, 2001*.
- FERRARI FILHO, F. & ARAÚJO, J. P. **Caos, Incerteza e teoria pós-keynesiana**. Série Textos para Discussão nº 2000/02, www.ufrgs.br/cpge/, 2000.
- FURTADO, C. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- GORDON, R. J. **Macroeconomia**. Tradução de Eliane Kanner, Porto Alegre: Bookman, 2000.
- JOBIN, A. J. G. **A Macrodinâmica de Michal Kalecki**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Capitalista – Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1977.
- KOHLER, R. A moeda social como instrumento econômico para potencializar o desenvolvimento local/regional. In: **II Mostra de Estudos do Desenvolvimento Linha de pesquisa: desenvolvimento territorial e gestão de sistemas produtivos**. 1 ed., Deutschland, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016, v.1.
- KOHLER, R. **Economia de municípios: subsídios ao diagnóstico da macroeconomia local**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2018, v.1.
- KOHLER, R. **Os fundamentos da macroeconomia local**. G&DR, n.3, Taubaté, v.7, set./dez. 2011.
- KOHLER, R. **Simulações acerca da relação entre ofertas de moeda e crescimento de pequenas economias locais abertas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- KOHLER, R. SOUZA, N. J. **A Oferta de Moeda e sua Relação com Crescimento Econômico Local**. *Desenvolvimento em Questão*, n.4, Ijuí, jul./dez. 2004.

KOHLER, R., GAY, A. L. **Análise de correlação entre os setores de produção e com o produto total nos municípios gaúchos, no período de 1999 a 2012.** Málaga, Espanha: Contribuciones a lãs Ciencias Sociales, Eumed.net, Universidad de Málaga, 2018.

LEBRET, L. J. **Dinâmica concreta del desarrollo.** Barcelona: Herber, 1966.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, 2009.

PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social.** 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

ZAMBERLAN, L C; SOUZA, J. D. S. de; GRISON, A. J.; GAGLIARDI, A. de O.; TEXEIRA, E. B.; DREWS, G. A.; VIEIRA, E. P.; BRIZOLLA, M. M. B.; ALLEBRANDT, S. L. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.